



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 320-CONSELHO SUPERIOR, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Aprova, *Ad Referendum*, o Plano do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o constante no Processo n.º 23229.000337.2017-02 e o Memo. n.º 0146/2017 – PROPEQ - REITORIA,


RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar, *Ad Referendum* do Conselho Superior, o Plano do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, conforme o anexo desta resolução.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista – RR, 21 de dezembro de 2017.


SANDRA MARA DE PAULA DIAS BOTELHO
Presidente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
INTEGRADA À EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS**

Boa Vista-RR

Julho/2017

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
INTEGRADA À EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS**

Comissão de Reformulação – Portaria nº 110/CBV/IFRR de 14 de março de 2017:

Ananias Noronha Filho

Ivone Mary Medeiros de Souza

Raimunda Maria Rodrigues Santos

Boa Vista-RR
Julho/2017

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	3
1.1 Nome do curso.....	3
1.2 Área de conhecimento.....	3
1.3 Modalidade.....	3
1.4 Carga horária.....	3
1.5 Sistema de organização.....	3
1.6 Funcionamento.....	3
1.7 Público-alvo.....	3
1.8 Local do curso.....	3
1.9 Número de vagas	3
1.10 Requisitos para inscrição.....	3
1.11 Coordenadora.....	3
2 JUSTIFICATIVA.....	3
2.1 Potencialidades e perspectivas.....	3
2.2 Avaliação de demanda.....	4
3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	6
4 OBJETIVOS.....	8
4.1 Objetivo geral.....	8
4.2 Objetivos específicos.....	8
5 INFORMAÇÕES DO CURSO.....	9
5.1 Concepção.....	9
5.2 Seleção de candidatos.....	10
5.3 Matrícula.....	10
5.4 Sistema de avaliação.....	10
5.5 Certificação.....	11
5.6 Indicadores de avaliação do curso	11
6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	11
6.1 Estrutura curricular	11
6.2 Representação gráfica do processo formativo.....	12
6.3 Ementário.....	12
6.4 Trabalho de conclusão de curso.....	19
7 METODOLOGIA	20
8 LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA	22
9 CORPO DOCENTE.....	23
10 INFRAESTRUTURA	24
11 REFERÊNCIAS	24
ANEXOS	26

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 Nome do curso: Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

1.2 Área de conhecimento: Educação

1.3 Modalidade: Presencial

1.4 Carga horária: 360 horas, regido pela Resolução nº 001 do Conselho Nacional de Educação, de 8 de junho de 2007.

1.5 Sistema de organização: Componente Curricular

1.6 Funcionamento: Integral

1.7 Público-alvo: Professores graduados em curso superior reconhecido pelo MEC, de todas as áreas do conhecimento

1.8 Local do curso: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) - *Campus Boa Vista*

1.9 Número de vagas: 35 vagas

1.10 Requisitos para inscrição:

- Requerimento de Inscrição (Anexo I);
- Cópia do Diploma ou Certificado de Curso Superior, devidamente autenticado;
- Currículo Lattes (Plataforma do CNPq), referente aos últimos cinco anos. Os comprovantes devem ser anexados e serão analisados conforme critérios estabelecidos em Edital;
- Carta de Intenção, constando as informações solicitadas no Anexo II. Este documento fará parte do processo de seleção, de acordo com termos a serem definidos em Edital.

1.11 Coordenadora: Profa. Dra. Raimunda Maria Rodrigues Santos

2 JUSTIFICATIVA

2.1 Potencialidades e perspectivas

A Educação Básica no Brasil passa por mudanças nos diferentes níveis, formas de oferta e modalidades de ensino. A reformulação do ensino médio, por exemplo, pretende tornar mais flexível e atual o currículo dos jovens nos três últimos anos da escola, abrindo espaço para o debate sobre a oferta desse nível de ensino na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A grave situação educacional é revelada pelo número de jovens com histórico escolar marcado por percursos descontínuos. Estes sujeitos, muitas vezes, evadem do sistema educacional por incompatibilidade de horário entre escola e trabalho, por não conseguirem acompanhar a metodologia adotada pelo professor, dentre outros fatores que promovem sua exclusão. Tais aspectos exigem a reflexão do quão se faz imperioso discutir e definir-se políticas públicas para a educação de jovens e adultos, de modo que estas sejam articuladas com os princípios da educação básica como um todo, com a formação para o trabalho, com as especificidades sociais e setoriais de mercado, traduzidas pelas questões de gênero, raça, espaço (campo – cidade), além de se investir e valorizar as metodologias de ensino elaboradas para atender à demanda dessa modalidade de educação.

De acordo com os documentos do Ministério da Educação, a taxa de Alfabetização de Jovens e Adultos (população de 15 anos e mais) passou de 86,7% (1999) para 91,3% (2012). A taxa de analfabetismo funcional nesta mesma faixa etária decresceu de 27,3% (2001) para 18,3% (2012), o que representa uma queda de 33,0% no período (BRASIL, 2014).

Em se tratando da permanência na Educação Básica, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE, apenas 83,3% dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos estavam na escola em 2013. Índice este que revela a necessidade de políticas totalizantes e sistêmicas, sem as quais se corre o risco de manter invisível socialmente essa população, frente ao sistema escolar e ao mundo do trabalho, exigente de certificações e comprovações de escolaridade formal.

2.2 Avaliação de demanda

Os fundamentos das práticas pedagógicas direcionadas à educação de jovens e adultos recomendam o respeito à cultura das diferentes classes sociais dos alunos, reduzindo, assim, o fracasso escolar e a chamada “evasão”. De acordo com o Relatório Educação para Todos no Brasil 2000 – 2015, o aumento substantivo de jovens na EJA refletem os investimentos e políticas direcionadas a esse público. As causas apontadas por esses sujeitos para a escolaridade descontínua são, principalmente, decorrentes do fracasso/repetência durante o ensino fundamental ou médio, pelas exigências de compor renda familiar, insuficiente para a sobrevivência,

face ao desemprego crescente, à informalidade e a degradação das relações de trabalho.

Essa presença marcante de jovens na EJA, principalmente nas áreas metropolitanas, vem desafiando os educadores, do ponto de vista das metodologias e das intervenções pedagógicas, obrigando-os a refletir sobre os sentidos da juventude e de seus direitos que permeiam as classes de jovens e adultos.

Distorções idade-série e idade-conclusão também vêm influenciando a composição de um contingente jovem na EJA. Na prática, a grande maioria de alunos da EJA provém de situações típicas dessas chamadas “distorções”.

Diante dessa realidade, evidencia-se a necessidade da implementação de uma política pública estável voltada para o atendimento aos demandantes da EJA na perspectiva de uma formação integral que associe a conclusão da educação básica à educação profissional técnica de nível médio como estratégia para uma efetiva participação sócio laboral desses coletivos.

Assim, associada a outras iniciativas do estado brasileiro no campo da profissionalização do público EJA, no nível do ensino fundamental, o PROEJA objetiva ampliar essa oferta especificamente através da sua integração com o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio.

Sendo assim, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR, por meio da Pós-graduação, tem buscado desenvolver educação de qualidade promovendo o Ensino, a Pesquisa Científica e Tecnológica e a Extensão, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, principalmente no que se refere à formação de professores, uma vez que há carência significativa no magistério superior com sólida formação continuada.

Com isso, entende-se que a formação docente é uma das maneiras fundamentais para se mergulhar no universo das questões que compõem a realidade desse público, bem como para se investigar os modos de aprender de forma geral, tendo em vista compreender e favorecer lógicas e processos de aprendizagem no ambiente escolar.

Para que este projeto maior esteja vinculado com o acesso e permanência dos jovens e adultos em sala de aula, faz-se necessário que a política de formação dos professores que atuam nesta modalidade de ensino seja eficiente e eficaz, a fim de dar respostas mais consistentes a esse público, a partir de uma prática pedagógica que atenda às particulares dessa modalidade de educação.

Considerando que o IFRR integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, investe na verticalização do ensino, ofertando educação superior, básica e profissional, desenvolve práticas baseadas na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, nos termos da Lei nº. 11.892/08; considerando o fato de estar localizada na parte mais setentrional do Brasil, esta instituição assume o compromisso de, por meio da oferta do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, cumprir com suas funções educacionais, a partir da formação de professores com formação continuada de professores para atuarem na modalidade EJA, e com sua função social, contribuindo para minimizar as desigualdades sociais no Estado de Roraima.

3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima tem sua origem vinculada à criação da extinta Escola Técnica de Roraima, implantada, informalmente, em outubro de 1986, e início de suas atividades em 1987, com os cursos Técnicos em Eletrotécnica e em Edificações.

Por meio do Decreto nº 026, de 12 de outubro de 1988, publicado no Diário Oficial do Governo do Território Federal de Roraima de 8 de dezembro do mesmo ano, foi efetivado o direito de criação da Escola Técnica de Roraima, com autonomia para ofertar ensino médio (antigo 2º grau), como unidade integrante do Sistema Territorial de Educação.

Por força da Lei Federal nº 8.670, de 30 de junho de 1993, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima, iniciando, em 1994, suas atividades nas instalações físicas da Escola Técnica Estadual, incorporando ao seu patrimônio rede física, materiais e equipamentos e absorvendo todos os discentes matriculados naquela escola.

No ano de 2002, a Escola Técnica Federal de Roraima é transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima - CEFET-RR, por meio e Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União nº 221, no dia subsequente, tendo a referida solenidade ocorrida dia 10 de dezembro de 2002.

Em dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008, o CEFET-RR passa a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR. E assim, em tão curto espaço de existência implanta-se, acima da linha do Equador, uma Instituição de Educação Profissional, que conta com uma história de sucesso, sendo um centro de referência educacional dentro e fora do estado de Roraima, procurando atender às necessidades locais no que concerne à qualificação e requalificação profissional.

O IFRR representa um dos principais pontos de referência para a Educação Profissional no Estado de Roraima, como órgão integrante do Sistema Federal de Ensino, na condição de Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação, e de acordo com a legislação vigente, cumpri-lhe ofertar cursos de formação inicial e continuada, médio (ensino técnico) e superior (ensino tecnológico, licenciatura e pós-graduação), em seus cinco *campi*: Amajari, Boa Vista, Novo Paraíso, Boa Vista Zona Oeste e Avançado de Bonfim.

No que tange ao *Campus* Boa Vista, oferece cursos nos seguintes eixos, níveis e modalidades:

- Infraestrutura - com oferta do curso Técnico em Edificações (Subsequente e Integrado ao Ensino Médio, na Modalidade regular e EJA);
- Gestão e Negócios- com oferta do Curso Técnico em Secretariado e Curso de Tecnologia em Gestão Hospitalar;
- Controle e Processos Industriais - com oferta dos cursos Técnicos em Eletrotécnica e Eletrônica (Subsequente e Integrado ao Ensino Médio, na Modalidade regular e EJA)
- Informação e Comunicação - com oferta dos cursos Técnicos em Informática (Subsequente e Integrado ao Ensino Médio, na Modalidade regular e EJA) e do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
- Ambiente e Saúde - com oferta dos Cursos Técnicos em Enfermagem e em Análises Clínicas (Subsequente e Integrado ao Ensino Médio na Modalidade EJA) e Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental;
- Turismo, Hospitalidade e Lazer - com oferta do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo;
- Licenciatura - com oferta dos Cursos de: Educação Física; Letras-Espanhol e Literatura Hispânica; Ciências Biológicas; e Matemática.

• Pós-graduação *Lato Sensu* - com a oferta dos seguintes cursos: Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos-PROEJA; Docência no Ensino Profissional e Tecnológico com ênfase em Desenvolvimento Sustentável; Planejamento e Gestão de Empreendimentos e Destinos Turísticos Sustentáveis; Psicopedagogia; Gestão Pública; Gestão Pública Escolar; e, para 2017, ocorrerá a oferta na modalidade EAD dos seguintes cursos: Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Docência da Língua Espanhola e Docência em Educação Física Escolar.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Formar profissionais com competência na elaboração de estratégias metodológicas significativas para o processo de ensino-aprendizagem, considerando as peculiaridades da realidade em que se encontram as escolas e o disposto no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

4.2 Objetivos específicos

- Formar profissionais especialistas da educação, desenvolvendo conhecimentos, habilidades, atitudes e valores pertinentes à atividade da docência no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).
- Contribuir para a implementação democrática, participativa e socialmente responsável de programas e projetos educacionais no Proeja.
- Identificar, na gestão democrática, ferramentas que possibilitem o desenvolvimento de estratégias, controle e organização do Proeja.
- Produzir conhecimentos como síntese da formulação e implementação teórico-prática do Proeja.
- Promover análise teórica sobre os determinantes econômicos, políticos e sociais que suscitem a definição de um modelo de Educação, em especial do Proeja.

5 INFORMAÇÕES DO CURSO

5.1 Concepção

O plano de curso ora em construção compreende que a formação profissional deve possuir caráter interdisciplinar, de modo que a relação teoria-prática é parte imprescindível de todo processo educativo. Para tanto, adotar-se-á os princípios metodológicos da ação-reflexão-ação como base para a especialização dos professores que trabalham na Educação de Jovens e Adultos, considerando que a reflexividade na docência é um processo complexo, multidimensional, contextualizado, portanto, situado sócio e historicamente, necessitando, por isso, promover a articulação e integração teoria-prática.

Por essa perspectiva, visando desenvolver as capacidades que subsidiam as mais diversas intervenções na realidade educativa, o curso ora proposto será pautado nos seguintes pressupostos:

- Necessidade de formar profissionais para atuarem como docente-pesquisadores; ou como gestores educacionais de programas e projetos; e/ou como formulador e executor de políticas públicas, no âmbito da educação profissional técnica integrada ao ensino médio na modalidade EJA;
- Integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, de forma a contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional dos sujeitos envolvidos no processo de ensino, sustentando-se nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade, como exigência historicamente construída pela sociedade;
- Criação de espaços para que os professores-cursistas interajam, em fértil atividade cognitiva, afetiva, emocional, contribuindo para a problematização e produção do ato educativo com uma perspectiva sensível.

Para tanto, a natureza do curso exige metodologias participativas, envolvendo aulas, oficinas e seminários que permitam vivenciar e atuar de modo teórico-prático, fazendo interagir as concepções da experiência pedagógica de cada professor cursista, que emergem e são (re) significadas no diálogo com o campo conceitual e prático.

5.2 Seleção de candidatos

A seleção dos candidatos será realizada pelo IFRR, de acordo com os critérios estabelecidos neste Projeto e em Edital elaborado e publicado pelo Setor de Pós-graduação do *Campus Boa Vista*, após análise e aprovação dos mesmos pela PROPESQ.

5.3 Matrícula

Apresentação ao Departamento de Registros Acadêmicos/DERA dos documentos originais abaixo relacionados, com suas respectivas cópias:

- Duas fotos 3 X 4, recentes;
- Carteira de Identidade;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- CPF;
- Diploma ou Certificado de conclusão de Curso Superior;
- Histórico Escolar;
- Título de Eleitor com comprovante de votação da última eleição;
- Certificado de reservista ou dispensa da incorporação;
- Comprovante de Residência.

5.4 Sistema de avaliação

O acompanhamento ao aluno deverá ser sistemático com intervenções focais, quando necessárias, visando ao desenvolvimento individual coerente com a concepção teórico-metodológica assumida neste plano de curso. A avaliação deverá ser contínua, devendo o docente, de acordo com a recomendação da Organização Didática do IFRR, valer-se de pelo menos dois instrumentos avaliativos, informados aos alunos no ato de apresentação de seu Plano de Ensino.

Para fins de aprovação, o aluno que cumprir com a totalidade das seguintes condições:

- Matricular-se e cursar todos os componentes curriculares, obtendo frequência mínima de 75% em cada um deles;
- Ter aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete), numa escala de 0 a 10, em cada componente curricular;

- Elaborar projeto, em consonância com uma das linhas de pesquisa do curso, executar, analisar os registros ou dados, produzir um Artigo Científico e defendê-lo perante banca examinadora, cumprindo as determinações da Resolução nº 275/CONSUP/IFRR e o disposto na seção 6.4 deste Plano de Curso.

5.5 Certificação

O certificado de conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos será expedido pelo Departamento Registros Escolares (DERA) do Campus Boa Vista/IFRR.

5.6 Indicadores de avaliação do curso

Indicadores	Forma de cálculo	Descrição dos componentes
Relação candidato/vaga	Total de candidatos/Total de vagas	Dimensiona o nível de atratividade dos cursos ofertados pela instituição.
Relação ingresso/matricula	Total de ingressantes/Total de matriculados	Analisa a capacidade da oferta de vagas da instituição.
Relação concluintes/estudantes matriculados	Total de concluídos e integralizados na fase escolar/Total de matriculados	Analisa a taxa de concluintes sobre o número total de matrículas.
Índice de eficiência acadêmica/concluintes	Total de concluídos e integralizados na fase escolar/Total de matriculados finalizados	Verifica se a instituição obteve uma relação eficiente entre o número de concluintes e o número de ingressantes.
Índice de retenção do fluxo escolar	Total de retidos/Total de matriculados	Avalia a taxa de retenção do fluxo escolar (reprovações e desistências).

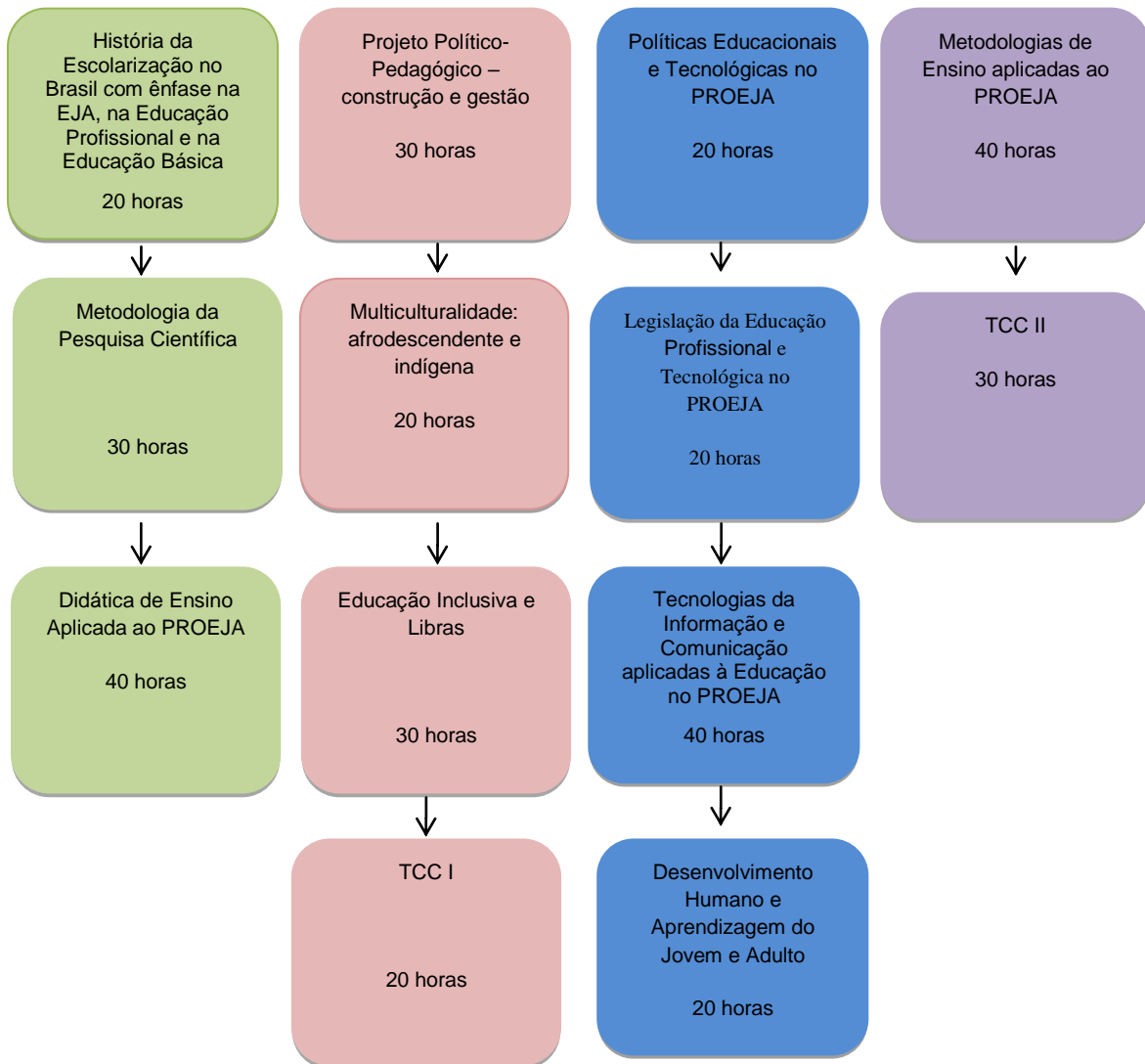
Fonte: PDI/IFRR – 2014 - 2018

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

6.1 Estrutura curricular

A formação didático-pedagógica terá como base o princípio da interdisciplinaridade, primando pela integração e articulação dos conhecimentos e amparando-se na compreensão de que o conhecimento pode ser construído a partir da problematização da realidade associada aos preceitos da ciência. Para alcançar os objetivos pretendidos pelo curso, a matriz curricular encontra-se organizada por treze (13) componentes curriculares.

6.2 Representação gráfica do processo formativo



6.3 Ementário

COMPONENTES CURRICULARES	EMENTAS	CH	REFERÊNCIAS
História da escolarização no Brasil com ênfase na EJA, na educação profissional e na Educação Básica	Estudo analítico sobre a produção e reprodução da escola no Brasil pela modernidade, compreensão das principais visões pedagógicas e práticas educativas no Brasil desde a colonização até a atualidade com ênfase na história da EJA, da Educação Profissional e da Educação Básica.	20h	MANFRED, S. M. Educação Profissional no Brasil . São Paulo: Cortez, 2003. PRIORE, M. História das mulheres no Brasil . 7. ed. São Paulo: Contexto, 1997. STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.) Histórias e memórias da Educação no Brasil . Petrópolis: Vozes, v. 1, 2,3. 2004.

<p>Metodologia da Pesquisa Científica</p>	<p>Compreensão dos pressupostos teóricos da investigação científica em educação: relação entre o objeto de investigação científica, os referenciais teóricos e os métodos de investigação; distinção dos tipos de pesquisa científica; planejamento e desenvolvimento da pesquisa em educação; compreensão da atitude e do fazer científicos como inerentes ao ato de educar.</p>	<p>30h</p>	<p>FURASTÉ, P. A. Normas Técnicas para o Trabalho Científico. Explicitação das Normas da ABNT. 13. ed. Porto Alegre: 2004.</p> <p>GIL, A. C. Como elaborar Projeto de Pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>GÓMEZ, G. R. Metodologia de la investigación cualitativa. 2. ed. Esparia-Málaga: Ediciones Aljibe, 1996.</p> <p>LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>LUCK, H. Metodologia de Projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão. Petrópolis: Vozes, 2003.</p> <p>OLIVEIRA, S. L. Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002.</p>
<p>Didática de ensino aplicada ao PROEJA</p>	<p>Reflexões dos saberes da prática educativa e pedagógica. Estudo teórico-prático das diversas tendências pedagógicas ação e intervenção educativa do professor no âmbito do PROEJA. Espaço de articulação entre escola e trabalho e a influência das redes de pertencimento como legitimação e valorização dos sujeitos e seus saberes.</p>	<p>40h</p>	<p>CANDAU, V. Cotidiano escolar e cultura (S): Encontros e desencontros. In: RIOS, T. A. Compreender e ensinar. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.</p> <p>GARRIDO, S; GHEDIN, E. O Professor Reflexivo no Brasil. São Paulo: Contexto 2002.</p> <p>PADILHA, P. R. Planejamento Dialógico: como construir o PPP da escola. São Paulo: Cortez/IPF, 2000.</p> <p>PERRENOUD, P. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.</p>

			<p>SANTOS, H. H. Processos de Produção e Legitimação de Saberes no Trabalho. In: GONÇALVES, L. A. O. (org). Currículo e Políticas Públicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.</p> <p>SAVIANE, D. Capitalismo, Trabalho e Educação. São Paulo: Autores Associados, 2002.</p>
Projeto político pedagógico – construção e gestão	<p>Planejamento participativo, gestão comunitária e sua relação entre gestão e qualidade da educação. Pressupostos e princípios da gestão democrática da educação. Processos de construção do projeto político-pedagógico: atores e suas relações. Articulação institucional da educação e da escola: pressupostos, princípios, métodos e diretrizes. A escola e suas interfaces. Modelos organizacionais e práticas pedagógicas.</p>	30h	<p>LIBÂNEO, J. Organização e Gestão da Escola. Goiânia: Alternativa, 2001.</p> <p>LIBÂNEO, J.; OLIVEIRA, J; TOSCHI, M. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>LIMA, L. C. Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação da escola pública. São Paulo: Cortez, 2000, 116p. (Guia da escola cidadã. v.4)</p> <p>MACHADO, L.M.; FERREIRA, N. S.C. Política e gestão da educação: dois olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.</p> <p>PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Atlas, 1997.</p> <p>VASCONCELLOS, C. S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala aula. São Paulo: Libertad, 2006.</p> <p>VEIGA, I; FONSECA, M. As dimensões do projeto político-pedagógico. Campinas: Papyrus, 2001.</p>
Multiculturalidade: afrodescendente e indígena	<p>Pluralidade sociocultural. Diversidade cultural materiais pedagógicos e práticas pedagógicas. Saberes e Cultura Indígena. Democracia Racial.</p>	20h	<p>ARAUJO, U. F. Escola, democracia e a construção de personalidades morais. Educ. Pesquisa. v. 26, n. 2, p. 91-107, jul./dez. 2000. ISSN 1517-9702.</p> <p>BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.</p> <p>BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.</p> <p>COELHO, S. L. B. O mundo do trabalho e a construção cultural de</p>

			<p>projetos de homem entre jovens favelados. In: DAYRELL, J. (org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1999.</p> <p>GONCALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas e políticas. Educ. Pesquisa. v. 29, n. 1, p. 109-123, jan./jun. 2003.</p> <p>GUIMARAES, A.S.; HUNTLEY, L. Tirando a máscara - ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.</p>
Educação Inclusiva e Libras	O processo histórico do processo de inclusão na educação e na EJA. Inclusão x Exclusão. Conteúdos gerais para comunicação visual, baseada em regras gramaticais da Língua de Sinais e da Cultura Surda. Conceitos gerais. A Comunicação. Modelos de tradução e de interpretação. Interpretação em línguas orais e línguas de sinais	30h	<p>BRITO, L.F. Por uma Gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.</p> <p>CAPOVILLA, F.C. A Língua Brasileira de Sinais e sua iconicidade: análises experimentais computadorizadas de caso único. Ciência Cognitiva. v.1, n. 2, p. 781-924. 1997.</p> <p>CAPOVILLA, F. C. Manual Ilustrado de Sinais e Sistema de Comunicação em Rede para Surdos. São Paulo: Ed. Instituto de Psicologia, USP, 1998.</p> <p>SILVA, N.; KASSOUF, A.L. A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. Revista Brasileira de Educação. n. 28, 2002.</p>
TCC I	Elaboração de um projeto de pesquisa com problematização vinculada a uma das linhas de pesquisa apresentadas neste projeto.	20h	<p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo. Atlas. 1995.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. 3. ed. rev. ampl. São Paulo. Atlas. 1995.</p> <p>MACHADO, A. R. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.</p> <p>VERA, A. A. Metodologia da pesquisa científica. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1983.</p>
Políticas educacionais e tecnológicas no PROEJA	A organização das Políticas Educacionais no Brasil. As Políticas Educacionais a da	20h	<p>FERRETTI, J. C. Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola? São Paulo: Xanfã,</p>

	Educação Profissional e Tecnológica.		<p>1999.</p> <p>MANFREDI, S. M. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>OLIVEIRA, R. A (des)qualificação da educação profissional. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>PLANK, D. N. Política educacional no Brasil: caminhos para a salvação pública. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p>SAVIANI, D. Capitalismo, trabalho e educação. Campinas: Autores Associados, 2002.</p>
Legislação da Educação Profissional e Tecnológica	Programa do PROEJA. Legislação Profissional e Tecnológica. Legislações Educacionais.	20h	<p>BRASIL. Ministério da Educação. LEI 9.394/96. (Nova LDB).</p> <p>_____. Congresso Nacional. Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004.</p> <p>_____. Congresso Nacional. Decreto nº. 5.478, de 24 de junho de 2005.</p> <p>_____. Congresso Nacional. Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006.</p> <p>_____. Ministério da Educação. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Educação Profissional Técnica de Nível Médio – Ensino Médio. Documento Base. Brasília, 2007.</p> <p>_____. Ministério da Educação. Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Formação Inicial e Continuada – Ensino Fundamental. Documento Base. Brasília, 2007.</p> <p>_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Debate. 2010.</p>

			<p>DEMO, P. A nova LDB: ranços e avanços. São Paulo. Cortez. 1997.</p> <p>DI PIERRO, M. C. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 14 abr. 2017.</p> <p>SAVIANI, D. Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1998.</p>
<p>Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à Educação no PROEJA</p>	<p>A relação trabalho, educação e tecnologia de informação e comunicação (TICs) em perspectiva histórica. Informática e a Interdisciplinaridade. Informática e ferramentas baseadas na internet didático-pedagógica. Construção e utilização de ambiente virtual utilizando a plataforma educacional Moodle.</p>	40h	<p>DOWBOR, L. Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>NORTON, P. Introdução à Informática. São Paulo: Makron Books, 1997.</p> <p>VELLOSO, F.C. Informática- Conceitos Básicos. Rio de Janeiro, Campus, 1997.</p> <p>ARRIADA, M. C.; RAMOS, E. F. Critérios para Análise de Ferramentas de apoio à Aprendizagem Colaborativa. In: VIII Workshop de Informática na Escola. XXII Congresso da Sociedade Brasileira da Computação (SBC). Anais... Florianópolis – SC, 2002.</p>
<p>Desenvolvimento humano e aprendizagem do jovem e adulto</p>	<p>Reflexão Crítica sobre os fundamentos teóricos do desenvolvimento humano e de suas implicações na aprendizagem de jovens e adultos.</p>	20h	<p>PAPALIA, D. E.; OLDS S. W. Desenvolvimento Humano. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p>COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, Á. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>ALONSO; C. Los estilos de aprendizaje. 4. ed. Madrid: Mensajero, 2002.</p> <p>CORTELLA, M. S. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 6. ed. São Paulo: Cortez-Instituto Paulo Freire, 2002.</p>

			<p>VARELA, F. J; THOMPSON, E.; ROSCH, E. A mente incorporada: Ciências Cognitivas e experiência humana. São Paulo: Artmed, 2003.</p> <p>ABRAMO, H. W. Retratos de Juventudes Brasileiras. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.</p> <p>CUNHA, M. V. Psicologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p> <p>SOUZA, R. M. Escola e juventude. São Paulo: Paulus. 2003.</p>
Metodologias de Ensino Aplicadas ao PROEJA	O planejamento: relação entre objetivos, conteúdos, métodos, forma de organização, carga horária, meios didático-pedagógicos e avaliação no processo de ensino aprendizagem, estratégias metodológicas focalizados na educação de jovens e adultos e na educação tecnológica.	40h	<p>BECKER, F. Educação e construção de conhecimento. Porto Alegre. Artmed, 2001.</p> <p>HERNANDEZ, F. A organização do currículo por projetos de trabalho. Tradução de Heubert Rodrigues. 5. ed. Porto Alegre. Artmed, 1998.</p> <p>MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Cortez Editora, 2003.</p> <p>NÉRICE, E. G. Metodologia do Ensino. São Paulo: Atlas, 1998.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.</p> <p>MATURANA, H. Emoções e linguagem na educação e na política. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.</p> <p>ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p>
TCC II	Projeto de Pesquisa na EJA. Apresentação pública do Artigo Científico.	30h	<p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6 ed. São Paulo. Atlas. 2017.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. 7 ed. São Paulo. Atlas. 2010.</p>

6.4 Trabalho de conclusão de curso

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é componente curricular obrigatório para a obtenção do título de Especialista. Corresponde à produção de um Artigo Científico com os resultados do projeto de pesquisa, desenvolvido a partir da identificação de uma situação problema relacionado à Educação de Jovens e Adultos, conforme as linhas de pesquisa estabelecidas no curso e as normas técnicas da ABNT.

Além da entrega do Artigo em versão digital, a certificação do aluno estará condicionada à defesa oral do trabalho de conclusão de curso para uma banca examinadora, formada por profissionais do IFRR e/ou de outras instituições de ensino, com titulação de pós-graduação e reconhecida experiência profissional na área de desenvolvimento do objeto de estudo.

O projeto de pesquisa e a redação do Artigo Científico deverão ser construídos sob a orientação de um professor do IFRR e de acordo com os estudos ocorridos nos componentes curriculares de Metodologia da Pesquisa Científica, TCC I e II, que deverão orientar metodologicamente o arcabouço da pesquisa, respeitando as indicações do orientador.

Os critérios de avaliação oral e escrita do Artigo serão definidos pelo professor do componente curricular de TCC II, devendo considerar dentre os aspectos a serem avaliados:

- a) Referencial teórico adequado à complexidade da pesquisa;
- b) Adequação da Linguagem à natureza do trabalho;
- c) Cumprimento da estrutura lógica da redação para trabalhos acadêmicos (formatação, elementos textuais, conforme ABNT);
- d) Clareza e objetividade das ideias (argumentação / teoria-prática);
- e) Relevância do Tema (contribuições);
- f) Metodologia coerente com o problema de pesquisa;
- g) Formulação do Problema articulada com os objetivos da pesquisa;
- h) Conclusões ou considerações finais vinculadas ao problema, objetivos e resultados alcançados.

De acordo com a Resolução nº 275/CONSUP/IFRR, Art. 42, a avaliação será realizada por uma banca examinadora, presidida pelo orientador, e contará com outros dois membros, podendo um deles ser convidado externo. Após a análise do

trabalho escrito e apresentação oral, a banca emitirá seu parecer, com uma das seguintes deliberações:

- I. Aprovado: quando o trabalho for considerado satisfatório, atingindo a qualidade necessária para a obtenção do título de especialista.
- II. Aprovado com restrição: quando o trabalho for considerado parcialmente satisfatório, necessitando de complementos e/ou ajustes essenciais para ser considerado de qualidade para a obtenção do título de especialista.
- III. Reprovado: quando o trabalho for considerado insatisfatório, ou seja, cuja qualidade não permita a obtenção do título de especialista.

Para fins de lançamento no histórico escolar do aluno, o Artigo Científico, conforme atenda aos critérios elencados acima, será avaliado quantitativamente numa escala de 0 (zero) e 10,0 (dez) pontos, ficando sua aprovação condicionada à obtenção de, no mínimo, 7,0 (sete) pontos. Caso o estudante não alcance a nota mínima de aprovação no TCC, deverá ser reorientado, com o fim de realizar as necessárias adequações/correções e, conseqüentemente, nova submissão à banca examinadora.

A publicação do cronograma de defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso será de responsabilidade do IFRR/*Campus* Boa Vista, via Coordenação de Pós-Graduação/Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, em comum acordo com os orientadores.

Além da defesa final, somente será emitido o certificado de Conclusão de Curso ao aluno que entregar à Coordenação de Pós-graduação do *Campus* Boa Vista as correções do trabalho final, em suporte digital, considerando-se os prazos estabelecidos no Art. 43 da Resolução nº 275/CONSUP/IFRR.

7 METODOLOGIA

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos será realizado de forma presencial nos termos da Resolução CES – CNE 01/2007, com um período de duração de 18 (dezoito) meses, para o desenvolvimento dos componentes curriculares, construção e defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, com carga horária total de 360 h.

A matriz curricular desse curso é composta por 13 componentes curriculares, os quais se encontram descritos no item 6.3. O desenvolvimento dos componentes curriculares ocorrerá numa dinâmica que privilegiará o ensino aplicado e a articulação entre teoria e prática, buscando associar a aprendizagem à reflexão,

análise e resolução de problemas, cujo princípio básico se constituirá na ação-reflexão-ação. Portanto, a combinação das aprendizagens individuais e coletivas serão estimuladas para favorecer a troca de experiências, bem como, favorecer ações metodológicas que terão um caráter investigativo no qual o processo ensino-aprendizagem dar-se-á numa ação dialógica, possibilitando ao professor o papel de mediador do processo de construção do conhecimento numa perspectiva sistêmica e interativa.

O trabalho pedagógico terá como foco a problematização, centrado na pedagogia de projetos, possibilitando a articulação do currículo e projetos pedagógicos. Dessa forma, estabelece as seguintes práticas pedagógicas garantindo:

- contextualização com a proposta curricular do módulo;
- inter-relação entre conteúdos, garantindo a expressão de vivências construídas durante o desenvolvimento do processo pedagógico;
- ampliação dos conhecimentos teórico-práticos que serão demonstrados mediante uma ação concreta;
- formação continuada das ações desenvolvidas a cada módulo, de maneira a favorecer a conexão entre os módulos, garantindo a construção do perfil profissional proposto no curso;
- a possibilidade de autonomia e empreendedorismo na organização de ações e projetos inovadores que a cada módulo se intensificam e ampliam sua complexidade.

Todo aluno matriculado no curso, no decorrer das aulas dos componentes curriculares, deverá escolher um tema dentro das linhas de Pesquisa para desenvolver seu trabalho de Pesquisa. A orientação específica para o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa e do Artigo Científico será ministrada nos componentes curriculares Metodologia da Pesquisa Científica, TCC I e II, com base nos demais componentes curriculares corresponsáveis pela orientação e arremates parciais preparando o aluno para defesa final presencial, perante banca examinadora.

O desenvolvimento dos componentes curriculares ocorrerá numa dinâmica que permitirá aos cursistas vivenciarem os conceitos teóricos através de suas práticas, para sistematizar os conhecimentos adquiridos e dirimir qualquer dúvida acerca da aplicabilidade prática dos conceitos estudados.

Visando assegurar a participação e assiduidade dos candidatos selecionados e o cumprimento de sua carga horária, o curso poderá ser ofertado aos finais de semana, devendo os dias e horários serem definidos em edital. Os conteúdos a serem estudados pelos cursistas serão indicados pelos professores e, não havendo acesso na biblioteca, as partes necessárias para estudo poderão ser disponibilizados nas formas impressa e/ou digitalizada, respeitando-se sempre a lei de direitos autorais.

Os professores poderão dedicar até 15% da carga horária para realização de atividades extraclases ou até 20% de atividades a distância, devendo, neste caso, preencher o requerimento de abertura de sala na Diretoria de Educação a Distância do Campus ofertante, responsabilizando-se pelo lançamento dos alunos no sistema, inclusão de atividades, dentre outros procedimentos inerentes a Educação a Distância.

8 LINHAS E PROJETOS DE PESQUISA

Este Plano de Curso prevê 4 (quatro) Linhas de Pesquisa, a saber:

- **Processos de Ensino-Aprendizagem na EJA**

Esta linha de pesquisa abará projetos dedicados à investigação de metodologias, didáticas, concepções e processos de produção de materiais didáticos utilizados no letramento dos sujeitos da EJA; bem como abará os estudos voltados para a apropriação de recursos tecnológicos pelo professor e sua aplicação em sala de aula, incluindo a construção de ambientes digitais de ensino e aprendizagem para EJA.

- **Estudos culturais e produção de saberes e práticas educativas na EJA**

Esta linha de pesquisa abará projetos voltados para a discussão de temáticas relacionadas à; saberes tradicionais e saberes profissionais; estudos sobre as estratégias e ações do Estado brasileiro voltadas para jovens e adultos trabalhadores, frente ao contexto de desemprego estrutural e recomposição do sistema do capital.

- **Educação, identidade e diferença na EJA**

Esta linha de pesquisa abará projetos voltados para a discussão de temáticas relacionadas à história da escolarização no Brasil com ênfase na EJA; fundamentos teóricos do desenvolvimento humano e de suas implicações na aprendizagem de jovens e adultos; historicidade do processo de inclusão na

educação; fundamentos da cidadania; questões de gênero, identidade e multiculturalidade, dentre outros que perpassem a análise da realidade das escolas que ofertam cursos de EJA.

- **Gestão e Políticas Públicas na EJA**

Esta linha de pesquisa abarcará estudos centrados na análise crítica das mudanças conjunturais e estruturais na sociedade, situando o papel do Estado e suas implicações no campo das políticas da EJA; relações entre trabalho e educação com ênfase na EJA; diferentes formas de organização do trabalho, da incorporação de novas tecnologias na produção e as diferentes implicações para a educação profissional e para EJA; gestão e a avaliação das políticas, dos programas e dos projetos relativos à EJA; análise dos modelos de gestão das escolas de EJA, adotados em Roraima.

9 CORPO DOCENTE

Professor (a)	Titulação Máxima
Adeline Araújo Carneiro Farias	Doutora em Ciências Sociais
Ana Aparecida Vieira de Moura	Doutora em Linguística
Ananias Noronha Filho	Doutor em Políticas Públicas
Arlete Alves de Oliveira	Doutora em Ciências Sociais
Bruna Ramos Marinho	Doutora em Educação
Daygles Maria de Souza Lima	Doutora em Ciências Sociais
Fabiana Letícia Sbaraini	Doutora em Ciências Sociais
Guilherme da Silva Ramos	Mestre em Ciências da Educação Superior
Ismayl Carlos Cortez	Mestre em Ensino de Ciências e Matemática
Ivone Mary Medeiros de Souza	Mestre em Ciências
Jaci Lima da Silva	Doutor em Educação
Jocelaine Oliveira dos Santos	Doutora em Ciências Sociais
Lana Cristina Barbosa de Melo	Mestre em Educação
Leila Márcia Ghedin	Mestre em Educação em Ciências na Amazônia
Maria Aparecida Ferreira Barbosa Fernandes	Doutora em Ciências Sociais
Nadson Castro Reis	Mestre em Ciências
Nilra Jane Filgueira Bezerra	Doutora em Educação em Ciências e Matemática
Raimunda Maria Rodrigues Santos	Doutora em Ciências Sociais
Renata Orcioli da Silva Ticianelli	Mestre em Letras
Roberto de Queiroz Lopes	Mestre em Ciências
Roseli Bernardo Silva dos Santos	Doutora em Ciências Sociais
Saula Leite Oliveira	Doutora em Ciências Sociais
Virgínia Marne da Silva Araújo dos Santos	Mestre em Educação

Os docentes deverão realizar todas as atividades pertinentes ao desenvolvimento de seu componente curricular e, quando aceitar a orientação de TCC, comprometer-se em auxiliar o aluno no cumprimento de todas as etapas do processo de pesquisa (planejamento, execução e construção do artigo científico), presidindo a banca examinadora do trabalho.

10 INFRAESTRUTURA

O *Campus* Boa Vista conta com uma sala de aula reservada para as atividades da pós-graduação, além de dispor de outros espaços pedagógicos que poderão ser utilizados para outras práticas, sempre que necessário.

A Instituição também dispõe de duas salas de audiovisual equipadas com os aparelhos de multimídia (datashow, DVD, vídeo cassete); um amplo auditório adequado à realização de reuniões ampliadas, duas salas de teleconferência adequadas para discussões com pequeno número de pessoas; uma biblioteca tendo no andar superior um espaço destinado ao estudo e a reuniões de grupos, bem como, espaços para estudo individual; Laboratórios de Informática; Laboratório de Pesquisa e Inovação Tecnológica; Laboratório Interdisciplinar para a Formação de Professores da Educação Básica (LIFE), além de espaços para desenvolvimento de oficinas direcionadas a diferentes áreas de conhecimento e profissionalização em que as atividades poderão ser realizadas.

11 REFERÊNCIAS

BOLZAN, R. F. F. A. **O conhecimento tecnológico e o paradigma educacional**. Dissertação (Mestrado) - UFSC, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção/Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

BRASIL. **Decreto nº. 6.755, de 29 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica. **Propostas Gerais para elaboração de projetos pedagógicos de curso de especialização-PROEJA**. Brasília: 2006.

_____. **Decreto nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. **Lei Nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – 2013-** Disponível em: < <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/>> Acesso em: 14 abr 2017.

_____. **Relatório Educação para Todos no Brasil 2000 – 2015.** Disponível em: < portal.mec.gov.br/docman/junho-2014-pdf/15774-ept-relatorio-06062014/file> Acesso em: 17 abr 2017.

_____. **Parecer Nº. 8/2008/CNE/CP/MEC.** Diretrizes operacionais para implantação do Programa Emergencial de para Professores em Exercício na Educação Básica Pública.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FURASTÉ, P. A. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico.** Explicitação das Normas da ABNT. 13. ed. Porto Alegre: 2004.

GARRIDO, S.; GHEDIN, E. **O Professor Reflexivo no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2002.

GEVAERD, E. A. P. **Proeja:** O Aluno. Florianópolis: IFSC, 2009.

KEMMIS, S.; MCTAGGART, R. **Cómo planificar la investigación-acción.** Barcelona: Editorial Alertes, 1988.

LIMA, L. C. **Organização escolar e democracia radical.** Paulo Freire e a governação da escola pública. São Paulo: Cortez, 2000.

SAVIANI, D. **Capitalismo, trabalho e educação.** Campinas: Autores Associados, 2002.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA**

ANEXO I - REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Nome do (a) Candidato (a): _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Telefone residencial: (____) _____ Telefone celular: (____) _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: _____

RG: _____ Órgão emissor: _____ CPF: _____

Título de eleitor: _____ Zona: _____ Seção: _____

E-mail: _____

Ocupação atua/Cargo: _____

Instituição/Órgão: _____

Curso de graduação: _____

Instituição: _____ Ano de conclusão: _____

Linha de Pesquisa para qual está se candidatando:

- () Processos de Ensino-Aprendizagem na EJA;
- () Estudos culturais e produção de saberes e práticas educativas na EJA;
- () Educação, identidade e diferença na EJA;
- () Gestão e Políticas Públicas na EJA.

Declaro que as informações prestadas neste Requerimento são verdadeiras.

Boa Vista, ____ de ____ de 20 ____.

Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO II – MODELO DE CARTA DE INTENÇÃO

À Comissão de Seleção do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

Eu, _____, candidato (a) ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, apresento a seguir minhas intenções em relação ao curso:

- a) Breve introdução sobre conhecimentos relacionados ao curso;
- b) Experiência acadêmica ou profissional na área de abrangência do curso;
- c) Motivos que o (a) levaram a escolher o curso, suas expectativas e objetivos;
- d) Possibilidades de aproveitamento do curso em sua atuação profissional;
- e) Definição da linha de pesquisa na qual pretende aprofundar os conhecimentos e realizar pesquisas, inclusive para o TCC.

Obs.: Desenvolva um texto de no máximo 100 linhas em folha A4, margem superior e à esquerda 3 cm, inferior e à direita 2 cm; fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5 entre linhas.